

A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA BRASILEIRA DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL

Leonardo Francisco de Azevedo ¹[0000-0002-5348-8084]

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
leonardoazevedof@gmail.com

Resumo. A mobilidade internacional de brasileiros para estudos não é um fenômeno recente. Já no Brasil colônia a elite política e burocrática brasileira fez sua formação em ensino superior no exterior - principalmente na Universidade de Coimbra, em Portugal. Tal fluxo se constituiu graças, sobretudo, à ausência de instituições de ensino superior no Brasil - fator intencional do processo de colonização portuguesa, avesso à construção de universidades em terras coloniais - diferente do processo de colonização espanhola, que construiu universidades em suas colônias na América desde muito cedo. No Brasil, foi apenas no século XX, após a Proclamação da República e com a constituição das primeiras universidades é que se iniciou o estabelecimento de uma política nacional de internacionalização do ensino superior e fomento à mobilidade acadêmica internacional. O que pretendemos aqui, portanto, é analisar esse processo, que permitiu que brasileiros das camadas médias também pudessem realizar parte de sua formação acadêmica no exterior - privilégio possível até então apenas aos filhos das elites locais. Além disso, pretendemos compreender como a criação das agências nacionais de fomento à pesquisa e pós-graduação, nos anos de 1950, foram fundamentais para a constituição de políticas de Estado de mobilidade acadêmica que vigoram até hoje no país. A partir de revisão bibliográfica, pretendemos apresentar esse processo em três diferentes momentos: o período pré-institucional, no processo de conformação de uma elite intelectual brasileira; o período institucional, durante o século XX, com o surgimento das universidades, das agências de fomento e da criação dos programas de pós-graduação no país; e o cenário contemporâneo, com a diversificação de políticas. Cabe destacar que o presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla de doutorado, cujo objetivo foi analisar, a partir de dados quantitativos e entrevistas, o processo de doutoramento de brasileiros no exterior, em período recente, com bolsas de uma agência brasileira.

Palavras-chave: Brasileiros no exterior, Internacionalização do ensino superior, Migração qualificada, Mobilidade acadêmica internacional, Política científica brasileira

Introdução

A mobilidade internacional de brasileiros para estudos e formação não é um fenômeno recente. Desde o Brasil colônia e Império a elite política e burocrática brasileira viaja para o exterior, para formação em ensino superior. Neste período, o principal destino escolhido era o curso de Direito na Universidade de Coimbra, em Portugal. Tal fluxo se constituiu graças, sobretudo, à ausência de instituições de ensino superior no Brasil à época - fator intencional do processo de colonização portuguesa, avesso à construção de universidades em terras coloniais - diferente do processo de colonização espanhola, que construiu universidades em suas colônias na América desde muito cedo. No Brasil, foi apenas no século XX, após a Proclamação da República e com a constituição das primeiras universidades é que se iniciou a constituição de uma

política nacional de internacionalização do ensino superior e fomento à mobilidade acadêmica internacional, amplificado na segunda metade do século XX, com a criação de agências nacionais de fomento à internacionalização e mobilidade internacional. O que pretendemos aqui, portanto, é analisar esse processo, que permitiu que brasileiros das camadas médias também pudessem realizar parte de sua formação acadêmica no exterior - privilégio possível até então apenas aos filhos das elites locais. Além disso, pretendemos compreender como a criação das agências nacionais de fomento à pesquisa e pós-graduação, nos anos de 1950, foram fundamentais para a constituição de políticas de Estado de mobilidade acadêmica que vigoram até hoje no país.

Material e métodos

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla de doutorado, cujo objetivo foi analisar, a partir de dados quantitativos e entrevistas, o processo de doutoramento de brasileiros no exterior, em período recente, com bolsas de uma agência brasileira. A partir de um recorte temporal de 16 anos (1999-2014), analisou-se o fluxo internacional destes brasileiros que realizaram seu doutorado no exterior. Buscou-se compreender, através de entrevistas com parte dos pesquisadores do grupo analisado, as razões que levaram estes pesquisadores a buscarem formação no exterior - considerando haver atualmente no Brasil um relevante sistema nacional de ciência e ensino superior; como foi a experiência de formação no exterior e como foi o processo de finalização do doutorado e retorno ao país. Porém, antes da análise dos dados empíricos, buscou-se analisar o processo de constituição de uma política brasileira cujo objetivo é incentivar a mobilidade acadêmica internacional, compreendendo ser um tipo de incentivo com custos relevantes e com perspectivas estratégicas de médio prazo - considerando o tempo de formação desses pesquisadores no exterior. Para tal, fez-se levantamento bibliográfico das principais obras que trataram do tema, com vistas a apresentar um panorama histórico geral responsável pela conformação da política de fomento ao doutoramento no exterior nos moldes atuais. Pretendemos aqui apresentar essa reflexão e análise teórica realizada, com vistas a subsidiar discussões e pesquisas sobre o tema.

Resultados

A partir de revisão bibliográfica, organizamos nossa análise em três diferentes momentos: o período pré-institucional, no processo de conformação de uma elite intelectual brasileira; o período institucional, durante o século XX, com o surgimento das universidades, das agências de fomento e da criação dos programas de pós-graduação no país; e o cenário contemporâneo, com a diversificação de políticas.

No período colonial e imperial, ou seja, pré-institucional, a circulação internacional das elites, focada sobretudo no trânsito entre colônia e metrópole, era fator essencial para a manutenção do poder. Os juristas e magistrados exerciam um papel central na administração e política portuguesa, e posteriormente brasileira. Esses compunham uma elite sistematicamente treinada em Direito na Universidade de Coimbra, fundada em 1290 em Portugal. O Direito de Coimbra, fortemente influenciado pela tradição romanista trazida de Bolonha, justificava as pretensões monárquicas do período. “Tratava-se de um direito positivo cuja fonte era a vontade do Príncipe e não o poder da Igreja ou o consentimento dos barões feudais.” (CARVALHO, 1981, p. 29). A análise deste período histórico nos permitirá uma compreensão consistente de como a circulação internacional das elites nacionais foram fundamentais para a conformação do Estado brasileiro como o entendemos hoje.

Esse cenário sofreu alterações substantivas com o surgimento das primeiras universidades brasileiras. No início do século XX uma série de eventos e fenômenos provocaram mudanças profundas na realidade brasileira. Com a derrocada da Primeira República e o início da Era Vargas, novos contornos institucionais tomaram forma no Brasil, estando o cenário universitário inscrito neste processo (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Com vistas a melhor analisar este segundo período, que denominamos de institucional, recorreremos à periodização proposta por Contel e Lima (2011). Ao realizarem estudo comparativo sobre as políticas de internacionalização da educação superior em oito países, incluindo Brasil, propõem analisar o processo de institucionalização da internacionalização da educação superior brasileira em quatro diferentes momentos: período inaugural, entre os anos de 1930 e 1950; o período reformista, entre os anos de 1960 e 1970; o período de consolidação, entre os anos de 1980 e 1990; e o período de diversificação, a partir dos anos 2000. Recorreremos a essa periodização como ponto de partida, observando sobretudo como o processo de criação das universidades e agências de fomento foram fundamentais para a institucionalização das políticas de mobilidade no país como políticas de Estado.

Por fim, apresentaremos o cenário contemporâneo, em diálogo com o “período de diversificação” acentuado na proposta acima apresentada. Na primeira década do século XXI, principalmente durante o governo Lula, o número de matrículas em instituições de ensino superior mais que dobrou (de 3.036.113, em 2001, para 6.379.299, em 2010) (BARROS, 2015), através de instituições públicas e privadas. Também nesse período foram criadas a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), ambas no ano de 2010, tendo como característica específica a integração regional, sendo o Brasil o grande protagonista nas políticas de cooperação acadêmica internacional sul-sul (RIBEIRO, 2016). Soma-se a esse período o lançamento do Programa “Ciência sem Fronteiras”, em 2011, cujo objetivo era enviar 101 mil estudantes brasileiros - majoritariamente de graduação - para o exterior, além de outras políticas fomentadas no período.

Conclusões

A breve periodização apresentada acima, com apontamentos gerais sobre a conformação histórica das políticas de mobilidade acadêmica internacional no Brasil, nos auxilia a compreender a centralidade deste tipo de mobilidade nos processos de formação do Estado brasileiro e das universidades e do sistema de pós-graduação no país. Além disso, até hoje há a expectativa, por parte do Estado brasileiro, dos “retornos” ao país a partir do fomento à circulação internacional de estudantes e pesquisadores, haja vista os expressivos investimentos públicos feitos para fomentar tal prática nas últimas décadas.

Além disso, pode-se destacar que tais políticas se consolidaram como políticas de Estado, vigorando há décadas e sobrevivendo a diferentes governos, de diferentes matizes ideológicas. Compreender tal processo nos ajuda a compreender melhor as especificidades destas políticas, suas virtudes e também as deficiências passíveis de serem aprimoradas.

Referências

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação & Sociedade*, v. 36, p. 361-390, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CONTEL, Fábio Betioli; LIMA, Manolita Correia. Internacionalização da Educação Superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2011.

RIBEIRO, F. A.. Estratégia geoeeducacional na cooperação sul-sul: uma análise dos projetos das universidades de integração internacional – UNILA e UNILAB. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.